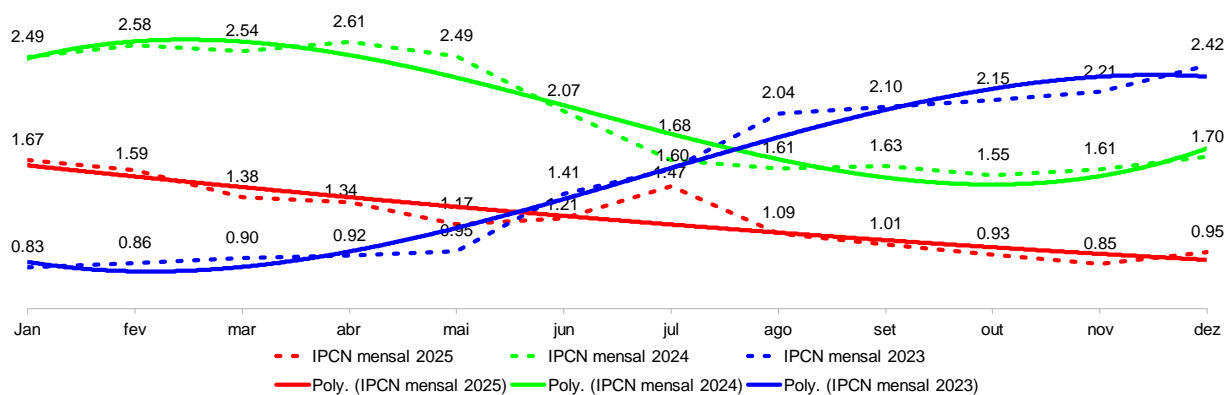


## Editorial - 143 – A desinflação até dezembro de 2025: Um teste à economia angolana.

Por: Talaia Ferreira

A inflação em Angola encerrou 2025 em clara trajetória descendente, depois de iniciar o ano em níveis próximos de 26%, a taxa homóloga terminou dezembro em torno de 15,7%, segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), mas ainda num nível elevado para os padrões de estabilidade macroeconómica. À primeira vista, trata-se de um resultado positivo, uma redução de mais de 10 pontos percentuais num único ano sugere que a política económica conseguiu, finalmente, travar a espiral inflacionária que se agravou em 2023 e 2024, mas uma leitura mais atenta levanta uma questão essencial: estamos perante uma vitória estrutural contra a inflação ou apenas perante uma desaceleração conjuntural do crescimento dos preços?

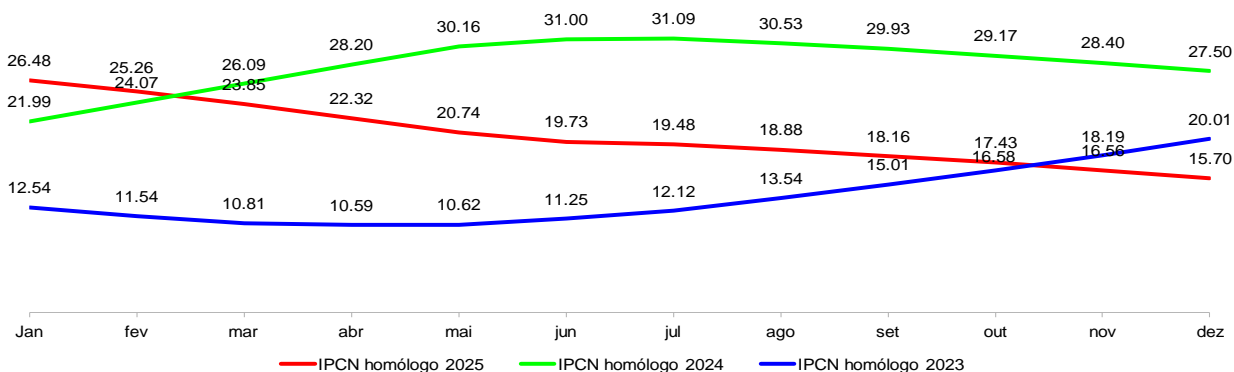
**Tabela/Gráfico 1 — Inflação mensal nacional – INE – 2023–2025**



A inflação mensal em 2024 começa por ser elevada e crescente, passando de 2,49%, em Janeiro, para 2,61%, em Abril. A partir desse ponto, assiste-se a uma queda marcada da inflação mensal, que em Julho de 2024 atinge o nível de Julho de 2023 e, de seguida, se mantém estável. No começo de 2025, a linha volta a cair quase continuamente (observe-se a quase coincidência dos valores mensais com a tendência) de 1,67% para 0,95%. A anomalia de Julho ficou a dever-se ao efeito da subida do gasóleo (a 24 de Março, uma variação do mesmo valor absoluto não produziu qualquer efeito), que teve um efeito apenas nesse mês, regressando-se imediatamente à trajetória descendente que se vinha verificando. No 1. Trimestre de 2026 a inflação continua a descer até 0,52% em Fevereiro, mas apresenta sinais de estabilizar, com uma ligeira subida em Março para 0,55%.

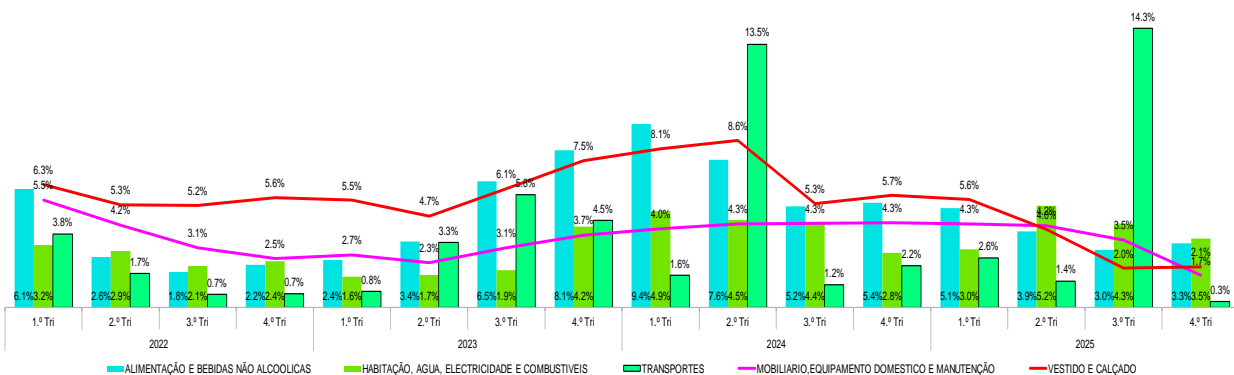
A inflação mensal média do último trimestre do ano (0,91%), representa um valor anualizado de 11,5%, um dos mais baixos de sempre, e que, a verificar-se em 2026, se situaria 2.2 p.p abaixo da estimativa do OGE26 para a inflação homóloga em Dezembro deste ano. Caso se mantivesse a média do 1.º Trimestre de 2026 ou a estabilização próxima da inflação de Março (0,55%), a inflação anual em 2026 seria de cerca de 7%, uma inflação de um dígito, como há muito não experimentamos.

**Tabela/Gráfico 2 — Inflação nacional homóloga 2023–2025**



Em 2024, a trajetória do IPCN homólogo até Maio é uma recta de pente bem inclinada, iniciando-se em 22%, alcançando 30% (8 pontos percentuais em 5 meses). Em Junho e Julho, estabiliza em 31% e inicia a trajetória descendente a partir dessa data, alcançando 27,5% no final do ano, continuando a trajetória descendente em 2025 e até atingir 15,7% em Dezembro, fixando-se 0.9 p.p abaixo da estimativa do OGE25 (16,6%). Contudo, a inflação média situou-se em 20,4%, aceitavelmente acima dos 17,5% previstos pelo BNA.

**Tabela/Gráfico 3 — IPCN por produto 2022-2025**



As categorias que mais contribuíram para o IPCN acumulado de 15,7%, em 2025, foram:

Alimentação e bebidas não-alcoólicas, que apresenta um crescimento de 15,7% e um contributo de 7,61%. Desde 2022, a curva da inflação trimestral desta categoria descreve uma lomba com máximo em 9,4% no 1.º Trimestre de 2024, descendo depois até 3,0%, no 3.º Trimestre de 2025, próximo do nível do 2.º Trimestre de 2022, terminando o ano nos 3,3%.

Habitação, água, electricidade e combustíveis, apresenta um crescimento de 17,0% e um contributo de 1,83%. Desde 2022, a curva da inflação trimestral da categoria descreve também uma lomba, mas desta vez, deslocada para a direita, com a subida a iniciar-se apenas no 4.º Trimestre de 2023 com 4,2%, atingindo o pico no 1.º Trimestre de 2024 (4,9%), descendo até 2,8%, no 4.º Trimestre de 2024. Em 2025 volta a subir, atingindo 5,2%, no 2.º Trimestre e depois desce para 3,5% no 4.º Trimestre.

Transportes, apresentam um crescimento de 19,2% e um contributo de 1,47%. A curva desde 2022 é bastante irregular, com um pico no 3.º Trimestre de 2023 (efeito da subida da gasolina e

gasóleo em Junho), outro no 2.º Trimestre de 2024 (subida da gasolina em Abril) e no 3.º Trimestre de 2025 (subida do gasóleo em Julho). Curiosamente o INE não registou qualquer efeito da subida do gasóleo em finais de Março de 2025! Com excepção do 2.º e 4.º Trimestres de 2023, os restantes trimestres apresentam uma inflação próxima de 2,5%, o que significa que, de acordo com o INE, as subidas de combustíveis têm apenas efeitos imediatos, registando-se um efeito quase nulo (0.3%), no último Trimestre de 2025.

Mobiliário, equipamentos domésticos e manutenção, apresentam um crescimento anual de preços de 14,3% e um contributo de 0,94% para a inflação geral. A curva apresenta uma queda até ao 4.º Trimestre de 2022, depois estabilidade próxima de 2,5% até ao 2.º Trimestre de 2023, um crescimento rápido dos preços para 4,3% até ao 2.º Trimestre de 2024, estabilidade neste patamar até ao 2.º Trimestre de 2025, e termina o ano com uma redução forte fixando-se nos 1,7%, no 4.º Trimestre.

Vestuário e calçado apresentam um crescimento anual de preços também de 14,3% e um contributo de 0,92% para a inflação geral. A curva é estável até ao 2.º Trimestre de 2023 (5,5%), depois cresce significativamente até ao 2.º Trimestre de 2024 (8,6%) e, de seguida, volta a cair para o patamar de 5,6% até ao 1.º Trimestre de 2025. Desde essa altura, desce acentuadamente para 2,0% no 3.º Trimestre, estabilizando em 2.1% ao terminar o ano.

Embora a tendência geral mostre sinais de arrefecimento da inflação, os elevados custos em sectores essenciais continuam a representar um desafio para o poder de compra das famílias e empresas e para a estabilidade macroeconómica do país.

Algo parece estar errado nos coeficientes dos produtos, já que, nas notas metodológicas, os pesos estão diferentes da estrutura resultante dos inquéritos de 2018/19 e com o cálculo inverso, dividindo a participação pelo crescimento, encontra-se ainda uma terceira estrutura de pesos. Os valores da inflação geral, assumindo que os crescimentos por categoria de produtos estão certos, seriam muito próximos: 15,62%, com a estrutura que está agora nas notas metodológicas, 15,52% com a estrutura de pesos dos inquéritos de 2018/19 e 15,69% com as taxas de participação publicadas pelo INE. Apesar disso, dividindo a participação pelo crescimento da categoria, obtemos a tal 3.ª estrutura de pesos que não é, nem a que está nas notas metodológicas actuais, nem a que foi divulgada inicialmente para os pesos resultantes dos inquéritos.